

Cartas ao órgão de censura, na década de 1970: uma análise a partir das categorias de recepção e gênero

Letters to the censorship body, in the 1970s: an analysis from the categories of reception and gender

Thiago de Sales Silva
Mestrando em História Social
Universidade Federal do Ceará
thiago.sales7@gmail.com

Recebido em: 17/06/2015
Aprovado em: 17/08/2015

RESUMO: O presente artigo se propõe a analisar o período da Ditadura Militar pós-64 no Brasil, lançando um olhar sobre o advento da televisão como veículo de comunicação de massa e sua relação com um público que se constituía como telespectador naquele momento. Analisando um conjunto de cartas encaminhadas ao órgão de censura, a *Divisão de Censura e Diversões Públicas* (DCDP), que integrava o aparato repressor do regime, buscamos compreender o processo de recepção à televisão e, mais particularmente, às telenovelas por parte dos missivistas, em articulação com a categoria de gênero. Tais correspondências, todas elas datadas dos anos de 1970, enviadas por pais e mães de família, entidades cívicas e grupos religiosos, evidenciam uma forte preocupação dos missivistas com relação às questões relativas à moral e aos “bons costumes” nos conteúdos abordados pelas telenovelas exibidas na época. Debruçamos-nos sobre o modo como as noções de feminino e masculino se tornaram objeto de preocupação, por parte da audiência, tendo em vista modelos de comportamento e conduta apresentados nas narrativas televisivas.

PALAVRAS-CHAVE: Censura, Recepção, Gênero.

ABSTRACT: This article aims to analyze the period of the military dictatorship in Brazil post-64, casting a glance at the advent of television as a mass communication medium and its relationship to an audience that was constituted as viewer at that time. Analyzing a set of letters sent to the censorship agency, the *Divisão de Censura e Diversões Públicas* (DCDP), which incorporated the repressive apparatus of the regime, we seek to understand the process of receiving television and, more particularly, to soap operas by the letter writers, in conjunction with the category of gender. Such matches, all dating from the 1970s, sent by fathers and mothers, civic organizations and religious groups, show a strong concern of the writers on the issues relating to morality and "good manners" in the content covered by the displayed soap operas in season. Worked through us on the way of feminine and masculine notions have become the object of concern on the part of the audience, with a view models of behavior and conduct presented in television narratives.

KEYWORDS: Censorship, Reception, Gender.

A primeira edição do periódico *Folha de São Paulo* daquele ano estampava, em sua matéria de capa, um trecho da fala do então presidente, recentemente empossado¹: “Médici: 1970, ano do desenvolvimento”. Em um pronunciamento transmitido para uma cadeia de rádio e televisão, em virtude da mensagem de final de ano dirigida ao país, Médici convocava toda a nação a colaborar ativamente com o processo de desenvolvimento que se daria a partir dali. Afirmando buscar alcançar a “estabilidade política, assim como a econômica e social”, o terceiro general presidente pós-64 defendeu ainda “levar impacto a áreas estagnadas, expandir o mercado interno, abrir novas fronteiras comerciais”, assegurando um desenvolvimento “estável e duradouro”.²

O período econômico que se iniciava ficou conhecido pela historiografia como “milagre econômico”, no qual os índices de crescimento alcançaram números elevados. O Produto Interno Bruto (PIB) impressionava, chegando a 9,5% já em 1970; 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973.³ Setores como indústria automobilística, eletrodomésticos e construção civil ganharam dinamismo, além da ampliação das comunicações, com suporte garantido pelo Estado. Analisando tais dados, Reis destaca que clima gestado pelo governo era de uma “incontida euforia desenvolvimentista”.⁴

Neste momento de forte incentivo estatal na ampliação e solidificação dos meios de comunicação de massa, a televisão se torna um veículo necessário dentro do processo de integração da nação. Para tanto, a popularização e difusão de aparelhos receptores nos lares brasileiros era crucial, atingindo um maior número de espectadores e descaracterizando a TV como um meio essencialmente elitista. Somente vinte anos após a implementação dos primeiros sinais transmissores via rede tal premissa tornou-se possível, no início da década de 1970. A transmissão da Copa do Mundo de Futebol, sediada no México, em 1970, a

¹ O General do Exército Emílio Garrastazu Médici tomou posse à presidência, por decisão de uma junta militar, em 30 de outubro de 1969, substituindo o General Costa e Silva, afastado do cargo em virtude de um derrame cerebral.

² Folha de São Paulo, 01/01/1970.

³ Números apresentados por Daniel Aarão Reis. Ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.p. 79.

⁴ _____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, p. 81.

primeira televisionada no Brasil até então, foi um marco nesse sentido e inaugura esse processo, levando milhares de telespectadores para frente dos televisores para acompanhar o país que vencia em campo e parecia vencer economicamente. Alavancada pelo discurso do “Pra frente, Brasil”, uma imagem da nação forte e promissora passava a ser construída também pela TV, baseada em um repertório discursivo de otimismo e desenvolvimento elaborado pelos ideólogos do regime militar e transmitida em rede nacional.

Ao final da década de 1970, mais precisamente quatorze anos após o golpe, segundo constatou Sérgio Caparelli, já existiam 113 concessões para o funcionamento de emissoras, tendo 82 já em operação e cerca de 11 milhões de aparelhos receptores espalhados pelo país⁵. O público transformava-se em telespectador e, gradativamente, passava a dominar a gramática das narrativas televisivas que se estabeleciam como hegemônicas. Assim, a visualidade eletrônica passou a fazer parte constitutiva da visibilidade cultural, abrindo novos espaços e tempos para uma nova era do sensível.⁶

As telenovelas são um tipo de produção televisiva que surge em meados dos anos de 1960 no Brasil, com formato diário, em emissoras como TV Tupi, TV Excelsior e Rede Globo⁷. No entanto, apenas na década seguinte, amparadas por investimentos, mas também pressões estatais⁸, as obras televisivas passam por um processo de modernização de sua linguagem, conferindo novo perfil de narrativa para essas produções, tornando-as ainda mais próximas de seu público. A partir de então, juntamente com a própria consolidação da indústria televisiva no país, com a *Rede Globo* à frente neste processo, “as novelas passaram a ocupar a posição de um dos programas mais populares e lucrativos da televisão brasileira.”⁹

⁵ CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3. Ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 39.

⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. 2. Ed. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, p. 19.

⁷ Já na década de 1950 a televisão brasileira exibiu telenovelas, mas seguiam padrões derivados do rádio e do teatro, com episódios exibidos duas ou três vezes por semana, com cerca de 20 minutos. Ver: PIQUEIRA, Maurício Tintori. *Entre o entretenimento e a crítica social: a telenovela moderna da Rede Globo de Televisão e a formação de uma nova identidade nacional (1965-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. 183 p.

⁸ Segundo Ana Paula Goulart e Igor Sacramento, a estratégia de “elevar o nível” respondia a “pressões feitas pelo governo, pela imprensa e por setores conservadores da sociedade, mas também para aumentar o seu prestígio diante do público intelectualizado.” Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 124.

⁹ HAMBURGUER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005, p.30.

Com produções que possuíam em média cerca de 150 episódios, neste momento as telenovelas se consolidam na grade de programação da *TV Globo* e ocupam horários fixos ao longo da semana, às seis, sete, oito e dez horas da noite. Estruturação basicamente mantida até hoje.

Apesar das telenovelas serem um elemento fundamental para a popularização da TV, o número de casas brasileiras com aparelhos receptores possui um crescimento tímido nas primeiras décadas após a chegada dos televisores no país. Conforme aponta Esther Hamburger, “a distribuição de aparelhos no território nacional acompanhou o crescimento urbano: em 1960, dez anos após a inauguração da TV [...] apenas 4,6% dos domicílios brasileiros possuíam um aparelho, esse número subiu para 22,8% em 1970.”¹⁰ Além desse dado, cabe destacar que os sinais de emissão eram transmitidos por torres, estabelecendo uma centralização a partir das grandes cidades e regiões metropolitanas. Somente nos anos de 1980 é inaugurada no Brasil a rede de satélites pela *Embratel*¹¹, levando o sinal a ter uma abrangência nacional.¹²

Desse modo, nosso objetivo neste artigo é refletir sobre como se deu a relação entre um público receptor e este gênero televisivo com exibição diária, em articulação com a categoria de gênero. Para isso, analisaremos uma série de cartas encaminhadas ao órgão de censura, que tecem comentários, críticas e elogios sobre o trabalho da censura e as programações televisivas da época. Tal documentação pertence ao acervo do *Arquivo Nacional*, sediado em Brasília, e compõe o fundo DCDP, identificada pela subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”. Constituída basicamente por correspondências, enviadas por homens e mulheres, associações cívicas, grupos religiosos de bairro, associações de moradores e entidades diversas, os documentos dessa subsérie nos permitem inferir acerca

¹⁰ _____. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*, p. 22.

¹¹ Segundo PEREIRA FILHO, o “Sistema Nacional de Telecomunicações deveria formar um complexo de troncos e redes através dos quais se operariam os seguintes serviços: telefonia, telegrafia, difusão de sons e imagens, transmissão de dados, *fac-simile*, telecomando e radiodeterminação.” Ver: PEREIRA FILHO, José Eduardo. A EMBRATEL: da era da intervenção ao tempo da competição. In: *Revista de Sociologia e Política*. n° 18, Curitiba, junho de 2012.

¹² ALMEIDA, Heloísa Buarque de. *Telenovela, consumo e gênero: “muitas mais coisas”*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 31

do modo como uma parcela da sociedade se posicionou sobre temas relacionados à moral e aos “bons costumes”, em um momento de popularização da televisão no país.

Nossa proposta, a partir da análise das correspondências, é pensar que elementos orientavam a relação dos missivistas com a TV. Que atravessamentos mediavam emissão e recepção, implicados na escrita desses sujeitos? É possível eleger um elemento em comum, que motivava o envio de cartas ao órgão de censura? Nesse sentido, como se configurava o processo de recepção à televisão por parte dos missivistas, percebido a partir dessa documentação? Que modelos femininos e masculinos foram questionados como desviantes, através dessas críticas à TV? Na tentativa de responder essas questões, nos propomos a estabelecer um diálogo com sociólogos e estudiosos que vem há algum tempo refletindo sobre a possibilidade de pensar a recepção como um campo necessário para entender as interações entre as audiências e artefatos culturais televisivos. Distanciando-se de abordagens teóricas que consideravam a televisão um meio meramente manipulador, Martín-Barbero questiona a “centralidade atribuída ao texto-rei e à mensagem entendida como lugar de verdade de que circularia na comunicação”.¹³ Defendendo, assim, o caráter ativo da recepção, no qual os indivíduos se apropriam e negociam constantemente com os meios, Barbero afirma que as concepções anteriores sobre o tema versavam que entre “emissores-dominantes e receptores-dominados, nenhuma sedução, nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas.”¹⁴ Tentaremos, pois, nos debruçar sobre as formas de apropriação das mensagens pelos sujeitos que escreviam as cartas, considerando seu lugar social e o contexto de defesa de determinados valores por parte dos discursos fundamentados no ideário do regime. As contribuições de Chartier são fundamentais nesta análise, na medida em que perceber a construção de sentidos através do ato de ver TV, levando em consideração, ao mesmo tempo, o tornar-se telespectador, significa não ignorar os efeitos produzidos pelos dispositivos de produção das programações televisivas.¹⁵

¹³ MARTÍN-BARBERO, Jesús.. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 7. Ed. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. p. 293.

¹⁴ _____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, p. 281-282.

¹⁵ O estudo de Roger Chartier se pauta na história da leitura, a partir de um olhar sobre a complexidade das formas de ler. Nos utilizamos de sua proposta metodológica, adequando, no entanto, para nosso objeto, no

Entendidas por nós também como textos, as narrativas televisivas carregam consigo sentidos passíveis de apropriação por parte de quem as interpreta, neste caso, a audiência. Conforme lembra Chartier, “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende de formas com as quais ele chega ao seu leitor.”¹⁶ Assim, analisar essa relação implica refletir acerca de três pontos destacados pelo historiador francês: o próprio texto, o objeto que comunica o texto e ato que o apreende. Trazendo para nossa pesquisa, os campos em discussão são as narrativas das telenovelas, o objeto de emissão de sua mensagem: a televisão e o processo de interpretação ativa das audiências.

Os documentos os quais nos propomos analisar são uma pequena parcela de um total de 200 cartas que constituem o acervo do fundo DCDP. Dentre reclames, denúncias, sugestões, elogios ou críticas, os temas abordados pelos missivistas abrangem, sobretudo, o campo de jurisdição do órgão de censura, ou seja, assuntos relacionados a peças teatrais, filmes em exibição nos cinemas, peças publicitárias e programas de TV. A DCDP se tornou bastante conhecida do público em geral, no decorrer dos anos de 1970, muito em virtude da obrigação de exibição dos certificados de censura em cinemas e programas de TV. Conforme afirma Carlos Fico, “era possível saber de sua existência, do nome de seus diretores e do jargão utilizado pela repartição pública.”¹⁷

A escrita epistolar pressupõe um destinatário, implica em uma interlocução. Neste caso, o presidente, o ministro da justiça, o diretor da Polícia Federal ou diretamente o órgão de censura assumiam esse papel, constituindo-se como autoridades competentes para lidar com os supostos abusos cometidos pela TV. Característica própria da natureza documental das cartas, o “encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o ‘outro’ a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário.”¹⁸ A

caso, as narrativas televisivas. Ver: CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. 4. Ed. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

¹⁶ CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 1. Ed. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 220.

¹⁷ FICO, Carlos. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar. In: *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ. n. 5, set. 2002, p. 268.

¹⁸ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 19.

preservação desses registros é, portanto, transferida à DCDP, após serem encaminhados, oriundos de destinatários distintos. Para esta análise, selecionamos especificamente aquelas correspondências em que a televisão e as telenovelas apareciam como objetos problemáticos.

Uma preocupação que de modo geral perpassa e até motiva a escrita destas correspondências é a questão da moral e sua exibição na televisão. Nesse sentido, analisamos cartas enviadas por entidades, grupos religiosos ou associações, mas também manifestações individuais. Nosso objetivo não é apreender essas cartas como um reflexo da realidade do pensamento da sociedade brasileira daquele momento, de modo algum. Mas entendê-las como expressivas acerca de uma parcela de sujeitos interessados em contribuir de algum modo com o regime, através das denúncias, ou simplesmente tecendo suas críticas como telespectadores. Assim, nos debruçaremos também sobre pequenos detalhes: A quem se dirigem? De onde escrevem? Como se identificam? Situar o lugar social dessas escritas, sejam provenientes de uma articulação coletiva ou apenas individual, nos ajudará a dimensionar que mediações estão envolvidas nessa relação dos espectadores com as mensagens televisivas. Malatian, analisando a possibilidade de uso de fontes epistolares no trabalho do historiador, a partir do diálogo com Bourdieu, concorda que

As cartas fazem parte de e expressam habitus, ou seja, comportamentos, regidos por valores próprios de uma dada época ou grupo social no qual se inserem ações individuais, num jogo entre indivíduo e contexto que constitui a dimensão da individualidade. [...] Nesse universo aparentemente caótico da experiência humana, o habitus, enquanto disposições incorporadas para sentir, pensar e agir, permite o ordenamento e a unificação de práticas, ações, comportamentos e representações que convergem para a compreensão do eu, da identidade do sujeito, mas também de uma dada sociedade na qual o indivíduo se movimenta.¹⁹

Em documentos como estes, apreendemos quem eram esses sujeitos, a que círculos relacionais pertenciam e como atribuem significados ao momento em que vivem. A escrita de si sugere posicionamento frente à própria vida, naquilo que lhe é mais caro, pois dialoga com as práticas cotidianas e com as sensibilidades. Configurando-se como campo de estudos pela história, a escrita de si abrange diferentes tipologias de fonte, ligadas à produção autoreferencial, sejam elas autobiografias, diários, correspondências, fotografias, cartões-

¹⁹ MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 201.

postais. Conforme afirma Gomes, toda a documentação referente à “produção do eu” é marcada pela busca de um efeito de verdade, “que se exprime pela pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria.”²⁰ De todo modo, o exercício da crítica do historiador sobre a natureza desses registros se pauta na ótica assumida por seus autores e na forma como eles as expressam. Assim, o que importa não se trata em “dizer o que houve”, mas “de dizer o que o autor diz que viu, sentiu, experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.”²¹

Em uma carta enviada em 02 de Agosto de 1970, pela Congregação Mariana de São Gonçalo, localizada na capital paulista, endereçada ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o grupo religioso solicita uma tomada de providências sobre determinadas novelas exibidas na época, tais como “Assim na Terra como no Céu”, “Irmãos Coragem” e “Simplesmente Maria”²². Alegando que essas produções atingem a “honorabilidade do sacerdote e apresentam exemplos destrutivos da família e da moral.” Alertando ainda sobre a questão da juventude no país, escrevem:

Quando o govêrno se preocupa em dar uma formação moral e cívica séria, aos estudantes de todos os níveis, como fator importantíssimo na preservação dos valôres morais da Nação, parece-nos que tais novelas penetrando nos lares, vão destruir todo esse esforço e tôda a boa intenção governamental.

Não se contentam os inimigos da Pátria e da Religião em se servir do cinema nacional sobretudo, mas vendo a inércia de muitos homens de boa formação e de responsabilidade no setor público, sentem-se estimulados na sua audácia.

Julgamos muito importante, se o governo deseja de fato preservar os valôres morais, uma ação mais enérgica nas televisões, e uma escolha mais cuidadosa dos censores.²³

Assinada por membros dessa congregação católica, esta missiva destaca uma preocupação muito comum nos debates da época sobre a inserção da televisão nos lares: sua

²⁰ GOMES. *Escrita de si, escrita da História*, p. 14-15

²¹ _____. *Escrita de si, escrita da História*, p. 15.

²² “Assim na Terra como no Céu”, de Dias Gomes, exibida às 22 horas, na Globo; “Irmãos Coragem”, de Janete Clair, que estreou no horário das 20 horas, também na Globo; “Simplesmente Maria”, de Célia Alcântara, com adaptação de Benedito Ruy Barbosa, que foi ao ar às 20 horas pela TV Tupi. Os três títulos estrearam no ano de 1970.

²³ Carta ao ministro da justiça, de 02 de agosto de 1970, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

ameaça às famílias. Os estudantes aparecem como o alvo central de tal ameaça, além da religião, a partir do desrespeito com a figura do padre, por exemplo. Além disso, a escolha dos censores se torna passível de suspeita, pois, ao que parece, sua atuação não tem sido eficiente o bastante.

Não se pode perder de vista que no ano anterior ao da escrita desta carta, se instalava nos currículos escolares como obrigatória em todo o Ensino Básico a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC)²⁴. Uma tentativa do *Ministério da Educação* em reforçar os símbolos nacionais, o amor à pátria e o civismo, ancorados em princípios religiosos, temas estes que estavam na ordem do dia, no período. Os idealizadores da disciplina de EMC defendiam que seu currículo deveria se basear em práticas educativas, abrangendo, assim, atividades “de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa [...], com a formação de hábitos correspondentes.”²⁵ As justificativas que sustentam tal perspectiva apontam para a difusão da “família moderna”, que afastaria “o jovem – ou a nação – do caminho moral e cívico.”²⁶ Nesse sentido, os assuntos abordados nas telenovelas, segundo transparece na correspondência, parecem ir à contramão no que diz respeito à formação dos jovens comprometidos com sua nação, como pretendia o regime e os discursos que o legitimavam.

Diante das solicitações apontadas acima, o *Ministério da Justiça* responde através do Processo de nº 28.311/70, apontando os motivos do envio da então correspondência como “meritórios”, no entanto, justifica que o “problema focalizado já está protegido e corretamente disciplinado na legislação ordinária, cabendo ao *Serviço de Censura e Diversões Públicas* (SCDP)[...] zelar pelo cumprimento das normas.” O processo destaca também que a

²⁴ A disciplina de Educação Moral e Cívica foi instituída por meio do decreto-lei nº 869/69, de 12 de Setembro de 1969. Segundo Juliana Miranda Filgueiras, a instalação da disciplina está diretamente ligada ao endurecimento do regime, após a implantação do Ato Institucional nº 5, tornando possível a concretização de um projeto educacional que já vinha tramitando desde meados dos anos de 1960. Ver: FILGUEIRAS, Juliana. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, 211 p.

²⁵ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Comissão de Ensino Primário e Médio (CEPM). Parecer nº 131/62, de 30 de julho de 1962.

²⁶ RIOS, Valesca Gomes & ALVES, Raquel da Silva. Modos de educação: a disciplina Moral e Cívica em seu currículo e na formação docente. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena (orgs). *As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. p. 65.

“legislação censitária” vem sendo estudada, objetivando sua atualização, adequando “às exigências da conjuntura nacional”²⁷.

E, de fato, o órgão passava por mudanças internas significativas no começo dos anos de 1970. Ao longo do governo do General Emílio Garrastazu Médici o *Ministério da Justiça* passou a concentrar mais poderes, levando-o a repensar o funcionamento da censura. Kushnir aponta que até aquele momento, a estrutura do SCDP “foi sempre tacanha, comparada ao volume de material que recebia para analisar e emitir parecer.”²⁸ Assim, em 1972 o órgão passou a ser considerado como “divisão” (DCDP), se reestruturando e tornando-se mais orgânico. A operação que correspondia à censura prévia, por exemplo, era bastante custosa, devido ao elevado número de capítulos analisados, de todas as telenovelas, de diferentes emissoras, que iam ao ar. Segundo dados levantados por Fico, a média anual, entre os anos de 1972 e 1987, superava 2.000 capítulos para avaliação.²⁹

Ainda sobre a televisão e sua função educativa, em carta enviada para o diretor da DCDP, Rogério Nunes, em 26 de setembro de 1978, a *União Cívica Feminina* (UCF) solicita um maior cuidado com as novelas exibidas pela emissora *Rede Globo*. Importante situar que esta entidade, criada em 1962 em São Paulo, representa o surgimento de inúmeros movimentos organizados por mulheres das classes médias e altas, no início daquela década, com o intuito de se posicionar contra o governo do então presidente João Goulart. A *União Cívica Feminina*, que congregava “esposas e amigas dos empresários e militares paulistanos”³⁰, assim como outras organizações femininas no Rio de Janeiro, com a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), em Belo Horizonte, com a Liga da Mulher pela Democracia (Limde) e no Recife, com a Cruzada Democrática Feminina (CDF), defendiam que apenas uma intervenção militar poderia tirar o país das mãos de uma suposta ameaça comunista. Inclusive, essas organizações foram fundamentais nas articulações que levaram à criação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, sediadas em vários estados brasileiros às

²⁷ Ministério da Justiça, processo de nº 28.311/70, assinado pelo assessor José Rosa Filho, em 18 de Setembro de 1970. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

²⁸ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 125.

²⁹ FICO. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar, p. 263.

³⁰ SISTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 34.

vésperas do golpe de 1964. Segundo Cordeiro, as mulheres que integravam esses grupos “se apresentavam publicamente como mães, esposas e donas de casa, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de [...] ‘revigorar princípios e ideias sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.’”³¹

A *União Cívica Feminina* possui uma atuação contundente no que se refere à “defesa da moral” e isso fica ainda mais claro com o seu posicionamento na carta enviada à DCDP. Vale ressaltar que esta não foi a única correspondência enviada por esta organização ao órgão de censura, demonstrando seu permanente “estado de alerta” com os meios e mensagens que destoassem dos princípios cristãos com os quais se identificavam. Nesta missiva em particular, a UCF encaminha como anexo a cópia de uma carta enviada à própria Rede Globo, na qual discorre:

A União Cívica Feminina de Santos que congrega no seu corpo associativo centenas de mães de família, vem reiterar seu apelo a esta emissora, no sentido de moralizar as novelas de 18, 19 e 20 horas, protegendo assim a formação de nossas crianças.

Sabedoras que a rede Globo é a emissora de maior audiência na Baixada, causa-nos tristeza e revolta a pouca vigilância que é dada aos programas deste horário, tão assistido pelos jovens.³²

Assinada pela então presidente da associação, Magdalena da Cunha Coelho, com um discurso marcando pelo forte apelo associativo das integrantes do movimento com de um tipo ideal de mulher: a mãe de família, senhora do lar. Tal estratégia retórica se apropria de delimitações de gênero, constituindo um jogo. Quanto a isso, Duarte nos ajuda a compreender tal recurso, afirmando que a “utilização de jogos ou performances de gênero [...] ao longo da história, é elemento importante para pensar a ação política de mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas”.³³ Atentar para essa relação é compreender como tal grupo de mulheres se utiliza de elementos culturalmente associados à noção de feminilidade, como a maternidade, o cuidado com o lar

³¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 43 e 44.

³² Carta ao diretor do órgão de censura, de 26 de setembro de 1978, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

³³ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012. p. 194.

e a defesa da família como justificativa de suas reivindicações no campo político. A noção de gênero enquanto performativa, desenvolvida pela filósofa Judith Butler, denuncia a fragilidade da concepção de identidades estáveis, defendendo, ao contrário, que o gênero “é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*.”³⁴ Tais atos são internamente descontínuos, carregando consigo, segundo Butler, uma aparência de substância.

O estranhamento percebido na fala dos missivistas com relação ao novo tipo de difusão da informação proporcionado pela televisão evidencia um pouco o quanto a adequação a nova mídia não foi imediata. A suspeita em torno da “má influência” dos conteúdos e programas exibidos, bem como sua “invasão” aos lares brasileiros, através dos aparelhos receptores é constantemente evocada, como em uma correspondência datada de agosto de 1971, enviada da capital carioca e endereçada ao então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, na qual se chama atenção ao “frontal desrespeito de certos programas de televisão que continua invadindo acintosamente os nossos lares, sem nenhum impecilio [sic] por parte da censura.”³⁵ Foco de preocupações recorrentes, jovens e crianças aparecem como elementos motivadores da escrita de tais cartas, nas quais a televisão é apontada como problemática para a formação do “futuro da nação” e na “manutenção da ordem”.

Vale destacar que esse conjunto de cartas de modo algum é representativo do total da sociedade civil da época, pelo contrário. Devemos levar em consideração que muitos missivistas eram os próprios autores de seus reclames, em um país com uma larga taxa de analfabetismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na década de 1970, cerca de 33,6% da população brasileira, com a faixa etária acima de 15 anos, era analfabeta.³⁶ Sem falar que no início desta mesma década, mesmo após a inauguração das transmissões em rede nacional, o acesso a televisão ainda era difícil, se concentrando

³⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3 Ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 200.

³⁵ Carta ao Ministro da Justiça, enviada em 05 de agosto de 1971. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

³⁶ Informações consultadas pelo link, acessado no dia 11/03/2015, às 11 horas: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>

basicamente entre os habitantes das grandes cidades brasileiras. Os autores e autoras dessas cartas devem ser encarados como uma parcela da sociedade disposta a se colocar ao lado do regime, demonstrando seu apoio e exigindo o recrudescimento na atuação da censura, de modo mais específico, ou dando sugestões sobre o modo de proceder em determinados casos. Como na correspondência de uma senhora, sem data ou local, na qual aponta que “deveriam fazer um estudo sobre a serie de novelas que, pelo que parece, ficam a cargo de gente da pior espécie”, afirmando ainda que “pelo visto ainda não se encontrou uma pessoa respeitável e decente para conduzir o ‘script’”.³⁷

Nessa perspectiva, pais e mães de família, como costumam se apresentar, incomodados com os rumos dados aos conteúdos abordados pela TV, sentem-se motivados a escrever para as autoridades competentes no sentido de colaborar de algum modo em defesa dos “bons costumes”, argumento corriqueiro entre os missivistas. Manifestações individuais que nos revelam fragmentos de cotidianos familiares, relacionados a um novo tipo de lazer que se consolidava nos lares brasileiros: assistir televisão. Programação para a família toda, novelas, filmes, telejornais e programas de auditório tornam-se presentes no convívio da casa, objetos de debate e admiração ou repúdio. O ato de ver TV em casa e a própria localização do aparelho, quase sempre na sala de estar, reforça esse caráter familiar do assistir, apontado claramente na correspondência de uma senhora, do Rio de Janeiro, identificada como mãe e “ex-aluna da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro”, que endereça seu reclame ao então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em novembro de 1972, alegando o seguinte:

Meu filho de sete anos, logo após realizados os deveres escolares, pouco antes de vinte horas, exige-me o entretenimento da televisão. E o que devo fazer? Ensina-se aos pais a não criarem situações conflitantes, na presença das crianças, e como então posso oferecer-lhe a televisão, neste horário, exatamente na hora em que todos os canais começam as novelas? Novelas através das quais, está se processando um hediondo e monstruoso crime no Brasil, visto que está se roubando, conspurcado e profanando a infância da criança, fazendo-a participar todos os dias, de situações conflitantes de adultos, destinadas ao entretenimento de adultos, e que portanto devem ser colocadas em horários adequados. Que não seja tirada ao pequenino, de maneira tão agressiva, a sua infância. No embate, em todas as épocas,

³⁷ Carta endereçada ao diretor do órgão de censura, não datada pelo remetente, porém com a data de registro pela instituição com o dia 16 de agosto de 1971. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

entre o adolescente e o adulto, na aceitação, repúdio ou imposição de valores, a infância jamais foi atingida. Não se deve permitir, macular agora, através da televisão, a pureza, a beleza e a delicadeza de um coração infantil. Não permitam as autoridades aqui ou alhures, que se cometa esta iniquidade, usando a televisão, como veículo para impingir adultérios, crimes e conflitos, (de adultos destinados à adultos), como aulas bem dadas, todos os dias, através de novelas mediócras, em pequeninas mentes em formação, totalmente suscetíveis

O horário de vinte às vinte e duas horas na televisão, é a hora da família, e deve ser compreendido como tal, considerando-se que não se pode fugir à realidade de que, neste horário, em todo território brasileiro, pais e filhos se reúnem em torno do aparelho.”³⁸

O argumento da missivista se debruça reiteradamente sobre a questão da infância, lançando luz sobre o debate dos usos da TV, a partir de uma demanda que interpela as autoridades acerca da necessidade do papel da mídia como formadora, auxiliando na educação de jovens e crianças. Nesse caso particular, não só as telenovelas, mas também a própria televisão é alvo de críticas, justamente por seguir na contramão dessa perspectiva. Tal funcionalidade, para a missivista, está diretamente ligada aos horários e conteúdos exibidos. A defesa da apropriação familiar da mídia aparece também como justificativa para que se dê uma maior atenção ao assunto.

Conforme assinala Barbero, precisamos estar atentos a “gama de usos que não tem a ver unicamente com a quantidade de tempo dedicado, mas com o tipo de tempo, com o significado social deste tempo”.³⁹ Nesse sentido, vale atentar para o modo como o horário das 20 horas é eleito pela autora da correspondência como “a hora da família”, atribuindo a ele um valor, um momento único, em frente à TV, no dia-a-dia do lar. Cotidiano que começa a se consolidar entre as famílias de classe média, no qual a televisão assume papel importante como forma de lazer dos seus membros, telespectadores assíduos de uma programação que ainda se estruturava nas diferentes emissoras.

Outro aspecto relevante é a múltipla temporalidade dos fatos narrados nas cartas. Concordamos com Gomes, quando afirma que na escrita epistolar os “acontecimentos/personagens narrados experimentam tempos variados, que podem se

³⁸ Carta ao Ministro da Educação, de 8 de novembro de 1972. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

³⁹ MARTÍN-BARBERO. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, p. 303.

situar no passado, no presente ou no futuro.”⁴⁰ Neste caso, especificamente, essas camadas temporais se dimensionam através do olhar em retrospecto para o filho que, cotidianamente, após os deveres escolares, deseja ver TV; o presente, com as telenovelas que supostamente estaria “profanando a infância”; e o futuro, quando se atribui às autoridades o papel de encerrar esse tipo de prática. Os estratos temporais presentes nesta escrita situam seus autores, bem como as apreensões e anseios por eles esboçadas.

Tomadas por um discurso pautado na “moral cristã”, diversas correspondências exigem providências urgentes, demonstrando demasiada preocupação com as mídias de um modo geral. Além disso, o apreço pelo regime e seus governantes é claramente evidenciado, entre elogios e congratulações. O missivista do interior do Paraná, da cidade de Palmas, escreve, em carta datada de maio de 1972 endereçada ao então presidente Emilio Garrastazu Médici, com um “desejo incontido de agradecer”, em nome de sua família e “por todos os meus irmãos brasileiros, a oportuna e bendita revolução de 64,” declarando que:

Cinemas, revistas e televisão, parecem estar a serviço do maligno, procurando com suas apresentações eivadas de pornografia e erotismo, abalar na mais profunda de sua estrutura, o alicerce da família, oferecendo ao jovem de hoje, um cenceito [sic] de moral jamais imaginado no Brasil Cristão de nossos genitores. [...]

Dirigindo-me a V.Ex.^a, faço-me portador dos rogos de milhares de pais patricios que, amargurados, observam o distilar [sic] diuturno do veneno insidioso a corromper as almas e os corações de seus filhos, daqueles mesmos filhos em quem depositaram todas as esperanças de vê-los um dia felizes, numa pátria igualmente feliz e moralmente engrandecida. ⁴¹

Identificado apenas como “brasileiro cinquentenário” o autor desta missiva se dirige ao presidente em defesa da família, alertando, sobretudo, para o problema da pornografia. Kushnir, analisando brevemente o envio de cartas de civis às autoridades governamentais ao longo do regime, destaca que persistia “uma parcela da sociedade ainda desejosa de tutela, como também um governo interventor na seara pública e privada.” Assim, setores mais conservadores solicitavam que o “Estado ainda lhe dissesse o que ver”, os protegesse e “tirasse de seu mundo algo que lhe ficou como pornografia.”⁴² O próprio Estado, na figura

⁴⁰ GOMES. *Escrita de si, escrita da História*, p. 20.

⁴¹ Carta enviada ao presidente Emilio Garrastazu Médici, de 16 de maio de 1972. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

⁴² KUSHNIR. *Cães de guarda*, p. 114.

do órgão de censura, assume esse caráter de tutela ao responder a grande maioria dessas cartas, agradecendo a colaboração e justificando possíveis falhas no processo de interdição às programações que atentassem contra os “bons costumes”.

Era um período marcado por profundas mudanças sociais, sobretudo no que diz respeito ao comportamento, na medida em que se difundiam entre os jovens, desde a década de 1960, noções de relacionamentos e sexualidade que destoavam da moral cristã, claramente defendida pelo regime militar. Mary Del Priore nos apresenta um pouco este cenário, afirmando que a

(...) música, literatura, cinema exibiam a intimidade dos casais, democratizando informações: “nos lençóis da cama... travesseiros pelo chão”, cantava Roberto Carlos. Revistas de grande tiragem exploravam questões sexuais, valorizando corpos idealizados, com uma mensagem: “sejam livres”, enquanto nos artigos de fundo seguia-se valorizando o sentimento e o amor. Já a publicidade erotizava comportamentos para vender qualquer produto. Tudo isso não seria possível sem o poder dos meios de comunicação modernos e uma cultura de massa capaz de difundir modelos e representações sexuais.⁴³

A difusão de tais comportamentos se dava também pelo contato com movimentos e expressões culturais vindas de fora do país⁴⁴, ampliando o debate acerca dos novos modelos de conjugalidade, o divórcio, a homossexualidade, a contracepção, além do ingresso da mulher no mercado de trabalho. Temas que estão presentes em novelas, filmes e séries de TV e passam a pautar o cotidiano dos telespectadores, categoria que cresce rapidamente ao longo da década de 1970. Tais modelos, se contrapondo ao ideal cristão, apresentam-se como problemáticos, na medida em que o próprio regime toma de empréstimo da moral religiosa determinadas cristalizações em torno das feminilidades e masculinidades⁴⁵, fundamentadas

⁴³ PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011. p. 179.

⁴⁴ Conforme analisa Ridenti, “contra a ordem estabelecida [...], irromperam movimentos de protesto, resistência e mobilização política em todo planeta, especialmente no ano de 1968: do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da Primavera de Praga às passeatas norte-americanas contra a guerra do Vietnã; do pacifismo dos hippies, passando pelo desafio existencial da contracultura – notadamente as experiências com as drogas, tidas na época como contestação à moral e aos padrões culturais burgueses –, até os grupos de luta armada, espalhados mundo afora.”. Ver: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 20.

⁴⁵ Duarte (2014), se referindo à Doutrina de Segurança Nacional, suas estratégias de ação e seus desdobramentos, afirma: “As bases do Poder Nacional dentro dessa expressão psicossocial seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso, com conotação cristã.” Ver: DUARTE, Ana Rita Fonteles.

em um repertório de significados que se amparam na diferença biológica, naturalizando condutas e identidades. E é justamente tendo em vista essa premissa que se dá a relação entre o Estado e o controle de conteúdo das diversões públicas de um modo geral, conforme percebemos através das motivações que levam ao veto às mais diversas produções chanceladas pela *Divisão de Censura e Diversões Públicas* ao longo do tempo de sua vigência.

A análise destas correspondências à DCDP nos permite compreender o modo como esses telespectadores, em particular, jogam com a censura, como se colocam, estabelecendo, recorrentemente, uma distância daquilo que consideram impróprio. Na medida em que, segundo a grande maioria dos missivistas, deve ser censurado aquilo que não se é, ou seja, censura-se o outro, o imoral, o indesejável, aquele que desrespeita a instituição da família e a religião, o impatriótico, o corruptor da juventude, dentre outros modelos considerados desviantes. Dimensionando esse outro do discurso, demarca-se o “nós”, o sujeito disposto a colaborar, o “cidadão de bem”, o denunciante do “atentado aos bons costumes”. Uma parcela da sociedade que não só apoiava o funcionamento de órgãos da repressão como o próprio estabelecimento do regime, eleito como o redentor.

Os argumentos dos missivistas, em sua maioria fundamentados em uma ética moral, sobretudo, religiosa, produzem um reforço reiterativo no processo de significação de noções como feminino e masculino, na medida em que a possível descontinuidade em suas definições compreenderia a desestabilização dos princípios que sustentam a própria sociedade. Em outras palavras, a defesa da ordem e estabilidade do regime, através da crítica dirigida à televisão, é atravessada por concepções normalizadoras ou heteronormativas que regulam os limites entre os gêneros, baseadas na diferença sexual, ou seja, em fatores meramente biológicos. Segundo afirma a filósofa americana Judith Butler, “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero.”⁴⁶ Assim, a ênfase no binarismo, potencializando a cristalização de identidades masculinas e femininas, produz um efeito de verdade que naturaliza comportamentos, gestos e condutas, atribuindo-lhes uma espécie de coesão aparente. Tais atos, entendidos como performativos de gênero,

Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura os escritos da Escola Superior de Guerra. In: *Revista Diálogos*, vol 18, nº 1, jan-abril de 2014. p. 82.

⁴⁶ BUTLER. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, p. 199.

são, portanto, “fragmentos de linguagem carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou como feminino, bem como sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero.”⁴⁷

Estas frágeis classificações de gênero, que conferem atribuições específicas aos sujeitos masculinos e femininos, constituindo identidades, são, conforme alerta Preciado, ficções *somaticopolíticas* produzidas “por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades somáticas.”⁴⁸ Desse modo, a aparência de naturalidade da noção binária é na verdade fruto da reiteração técnica e discursiva sedimentada historicamente a serviço de uma lógica heteronormativa disseminada no campo da cultura. Concordamos com Scott quando afirma que o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Nesse sentido, a forma como o Estado se relaciona com o desvio da norma, bem como a própria sociedade civil, nos revela a relevância dada à manutenção de uma estrutura binária estável, asseguradora da vitalidade nacional. As relações de gênero, portanto, tornam-se parte do próprio significado de poder e pôr em questão ou transformar seus aspectos característicos ameaçaria o sistema inteiro. Conforme analisa Scott, debruçando-se sobre o caráter eminentemente político do gênero, a legitimação estatal em momentos de conflito assume formas diversas, desde o apelo explícito à virilidade, justificando determinados atos a partir da defesa de mulheres e crianças, consideradas mais vulneráveis, até as associações entre masculinidade e o poderio nacional, personificado pelos militares.⁴⁹

A saúde do corpo social, ou da pátria como costuma ser enfatizado nas correspondências, aparece como algo a ser preservado, pois estaria diretamente relacionada com o bom funcionamento das instituições do país e sua efetiva manutenção. Tais prerrogativas são apropriadas, em certa medida, por um missivista que endereça um reclame

⁴⁷ PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 28.

⁴⁸ Tradução minha do original em espanhol. Ver: PRECIADO, Beatriz. *Texto Yoqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008. p. 89.

⁴⁹ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez, 1955. p. 92.

ao comandante da Polícia Federal de São Paulo, em uma carta datada de agosto de 1975, na qual escreve:

Todos nós estamos estarecidos com a generalizada e profunda corrupção nos meios de comunicação social, em especial o cinema e a televisão. Ainda esta semana ouvimos declarações do Exmo Sr Presidente, Ernesto Geisel, sobre essa corrupção em todos os setores da vida nacional. Essa é a tática dos inimigos da Pátria, solapar a família, corromper a juventude, disseminar o amor livre, a prostituição e toda sorte de degradação do povo. Feito isto, nada mais precisa ser feito para se dominar um País.

Em especial venho pro [sic] meio desta solicitar de V. Excia providencias contra a TV Globo, por violar a Constituição Federal, levando ao ar novelas de cunho erótico e em especial a novela Escalada, sendo como já está demonstrado em outras novelas e programas orientação dessa emissora, mudar o modo de pensar de nosso povo, disseminando em seus programas várias ideias anti cristã, levianas e até anto científicas. [sic] [...] Essa novela Escalada, atenta contra o artigo 175 da Constituição que diz em seu §1º “o casamento indissolúvel”; e, essa novela prega a infidelidade conjugal, e novos casamentos, defendendo o egoísmo e de seus personagens [sic], dissolvendo duas famílias, e defendendo o amor livre. Ora essa novela com essa pregação, atinge a estabilidade da família, base da sociedade estável. [...]

Vários são os artigos da Constituição violados por essa emissora, concessionária de um bem publico, usado mal para corromper o povo. Artigo 153, §8º, que proíbe a exploração do sexo por qualquer meio, o artigo 174, §2º combinado com o artigo 154, que estabelece serem os meios de comunicação social reservados para o combate a corrupção e defesa da democracia. Havendo tantas leis, porque razão não são cumpridas e nem urgidas? [...] ⁵⁰

A apropriação feita acerca do tema da sexualidade pelo missivista, sobretudo contra a telenovela *Escalada*⁵¹, que possui exibição diária, nos possibilita inferir a sedimentação de uma relação conflituosa com a programação televisiva, especialmente pela notável preocupação com a soberania do país, frente aos opositores do regime, classificados como “inimigos”. Nesse sentido, o saudável estabelecimento da ordem passava, necessariamente,

⁵⁰ Carta enviada ao Departamento de Polícia Federal de São Paulo, de 1 de agosto de 1975. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

⁵¹ “Escalada”, novela de Lauro César Muniz, exibida às 20 horas, pela Rede Globo. O folhetim conta a história do jovem Antônio Dias, interpretado por Tarcísio Meira, que, após desilusões amorosas e financeiras, consegue se reerguer. A narrativa circunscreve três décadas, de 1940 a 1960, tocando em temas delicados para a censura, tais como o divórcio. Segundo consta no sítio memoriaglobo.com, por imposição da Censura Federal, o nome do presidente Juscelino Kubitschek não podia ser mencionado pelos personagens, apenas da referência à construção de Brasília, trabalhada na trama. Ver: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/escalada/censura.htm>

pelo controle e vigilância das sexualidades e comportamentos considerados transgressores. Tal premissa corrobora claramente com o exercício censório da DCDP, evidenciado, o quanto “o poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político.”⁵²

A noção de “amor livre”, ou seja, a prática sexual sem o casamento, era bastante corrente nesse período, de modo que a encontramos como justificativa de vetos e intervenções da censura em tramas novelescas e demais programações ligadas às diversões públicas. As liberdades sexuais vividas a partir das décadas de 1960/1970 ganhavam força nas representações construídas pela TV acerca da “nova mulher”, que tomava pílula anticoncepcional e se tornava mais independente economicamente, entrando em choque com o ideal de mulher da geração anterior, na qual a “boa esposa” é o “segredo imutável da felicidade conjugal, da harmonia no lar, da estabilidade do casamento (‘a verdadeira estrutura da sociedade’), da paz na família (‘o mais importante suporte do Estado’, ‘a base do esplendor de um povo moralmente sadio’)... e da ordem social com suas hierarquias estabelecidas.”⁵³

As denúncias diretamente voltadas para a TV Globo estão para além das telenovelas, mas também séries, programas de humor e semanais como “Fantástico” eram alvo frequentes de crítica pela audiência. Não se pode perder de vista que antes mesmo da censura prévia, realizada pela DCDP, as emissoras recebiam recomendações sobre temáticas e determinados tipos de comportamentos a serem evitados⁵⁴, incentivando um processo de autocensura entre autores e produtores. Contudo, nem sempre tal prerrogativa era atendida e, mesmo após passar pelo exame da censura, muitas cenas e diálogos que desafiavam os critérios da DCDP eram levados ao ar. O montante de cartas, sejam elas individuais ou coletivas, nos apresentam um pouco essa perspectiva, através dos reclames e do modo como elas são recepcionadas pelos técnicos da censura, os quais costumavam justificar tal deslize a partir das falhas na própria legislação, que tornava seus métodos de operação obsoletos diante da demanda de material avaliado pelo órgão.

⁵² TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: *Cadernos Pagu*, Janeiro-junho de 2005, p. 148.

⁵³ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, Joana Maria & Pinsky, Carla Bassanezi (org). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2012. p. 486.

⁵⁴ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 95.

O jogo entre espectador e televisão, do nosso ponto de vista, merece ser entendido a partir de uma ótica na qual aquele que assiste as programações televisivas exerce um posicionamento ativo diante do que vê. Conforme defende Rancière, “o espectador também age”, ele “observa, selecciona, compara, interpreta.”⁵⁵ A problematização deste conjunto de cartas funciona aqui como um canal, uma passagem significativa, que nos possibilita perceber de que modo o processo de interpretação da audiência se efetiva, tendo em vista suas especificidades históricas. Aproximando-nos dessa perspectiva, consideramos, juntamente com Orozco, que a “apropriação das mensagens por parte dos receptores não é um resultado automático de sua exposição a elas, mas o produto resultante de negociações com a TV.”⁵⁶ As relações que se dão a partir daí, necessariamente, não são alienantes, mas, ao contrário, produtoras de sentido e crítica.

Desse modo, as cartas encaminhadas à censura, sejam de caráter individual ou coletivo, são frutos significativos de um período de desenvolvimento da indústria cultural no país, do estabelecimento da televisão como veículo de comunicação de massa, do surgimento das narrativas televisivas, em especial as telenovelas, como produtos comercialmente chave nas grades de programação das emissoras. Por isso, só podem ser historicamente apreendidas se levamos em consideração tais configurações conjunturais, sem as quais a escrita dessas correspondências não faria sentido ou, sequer, se tornaria possível.

⁵⁵ RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010. p.22.

⁵⁶ Traduzido por mim, do original em espanhol. Ver: OROZCO, Guillermo. Recepcion televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio. In: *Cuadernos de Comunicacion y Practicas Sociales*, marzo de 1991. p. 23.